

CONSTRUIR O CONSENTIMENTO INFORMADO NUMA PESQUISA COM CRIANÇAS IMIGRANTES: TRADUÇÕES E TRAIÇÕES

CONSTRUCTING INFORMED CONSENT IN A RESEARCH WITH IMMIGRANT CHILDREN: TRANSLATIONS AND BETRAYALS

Elaine Andrade 1
Manuela Ferreira 2

Resumo: A presença de crianças imigrantes do Bangladesh em Portugal introduz maior diversidade no estudo da infância e coloca desafios epistemológicos, metodológicos e éticos à pesquisa, sobretudo quando esta acontece fora das instituições escolares e se dá a não aceitação do consentimento informado formal pelos seus progenitores. Diferenças e desconhecimentos mútuos entre as culturas Bangla e ocidental, aqui representada pela pesquisadora, levantam a questão de perceber o quanto ela se tornou intérprete competente daquela cultura, ou não, traduzindo-a e/ou traindo-a. Procurando articular as propostas teórico-metodológicas dos Estudos da Infância e da Teoria Ator-Rede discutem-se os processos de construção do consentimento informado entre pesquisadora, crianças, genitores e comunidade Bangla, considerando i) as suas particularidades no tempo, contextos e atores; ii) constrangimentos e imprevistos suscitados no campo e as relações, saberes e aprendizados adquiridos através deles; iii) os processos que fundamentam consentimentos informados informais e, portanto, uma ética enquanto prática negociada e contextualizada.

Palavras-chaves: Crianças Imigrantes. Consentimento Informado. Teoria Ator-Rede. Estudos da Infância. Tradução/Traição.

Abstract: The presence of Bangladeshi immigrant children in Portugal introduces greater diversity into the study of childhood and poses epistemological, methodological and ethical challenges to research, especially when it takes place outside school institutions and the formal informed consent of their parents is not accepted. Mutual differences and unknowns between Bangla and Western cultures, represented here by the researcher, raise the question of how much she has become a competent interpreter of that culture, or not, translating and/or betraying it. Trying to articulate the theoretical-methodological proposals of Childhood Studies and Actor-Network Theory, we discuss the processes of building informed consent among the researcher, children, parents, and the Bangla community, considering i) their particularities in time, contexts and actors; ii) constraints and unforeseen issues raised in the field and the relationships, knowledge, and learning acquired through them; iii) the processes that underlie informal informed consent and, therefore, an ethics as a negotiated and contextualized practice.

Keywords: Immigrant Children. Informed Consent. Actor-Network Theory. Childhood Studies. Translation/Betrayal.

Psicóloga Clínica. Doutoranda em Ciências da Educação Faculdade
de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2376691049986529>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3209-3796>. E-mail: nana.andrade.psic@gmail.com | 1

Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade do Porto. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1561313197621686>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4512-1669>.
E-mail: manuela@fpce.up.pt | 2

Imigração e infância – introdução a uma pesquisa com crianças

Bangla

De acordo com os Indicadores de Migração Global estima-se que há aproximadamente 272 milhões de migrantes no mundo e que de entre os países com o maior número de emigração está o Bangladesh, na sexta posição, apenas atrás da Índia, México, China, Rússia e Síria (IOM, 2019). Com efeito, a migração parece fazer parte da própria tessitura histórica e contemporânea do Bangladesh (MAPRL 2005, ANGELI, 2013; MAPRIL 2014; 2014a; ZEITLYN; JANEJA; MAPRIL, 2014) sendo possível dar conta de, pelo menos, quatro fluxos significativos: i) migrações mais longínquas que devem ser compreendidas na sua dimensão regional mais ampla, a Ásia do Sul, que começaram bem antes da formação do país em 1971 e que teve como principal contexto de origem a região de Sylheti em direção à Inglaterra e, posteriormente, aos Estados Unidos, Canadá e Austrália; ii) migrações de curta duração do Bangladesh (área rural e urbana) para o médio oriente e o sudeste asiático, cujo início se dá após 1973; iii) grande migração de Banglas, geralmente de baixa condição económica, que se dirigiam para as fábricas e outros trabalhos nas grandes cidades da Índia; iv) migrações mais recentes, a partir dos anos 80, com destino aos países do sul europeu, Espanha, Itália, Grécia, Cyprus e Portugal (ibidem).

O grupo migrante do Bangladesh insere-se assim nos novos fluxos populacionais com destino a Portugal; novos porque não apresentam nenhum vínculo histórico com o país. Entre os outros novos grupos mais representativos da população imigrante em Portugal contam-se ainda a comunidade do Leste Europeu - russos, romenos, ucranianos -, e outros como os chineses, indianos, paquistaneses, nepaleses e bangladechianos que, embora demograficamente menos expressivos, vêm contribuindo para a diversidade multicultural (MAPRIL, 2005, 2009c). Segundo dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF/GEFP, 2019), em 2018, foram registrados 5.325 residentes de nacionalidade Bangla, o que, em comparação a anos anteriores¹, assinala um notável crescimento percentual, embora não represente nem 1% da população imigrante.

Tal como noutras situações migratórias, a distribuição geográfica dos imigrantes Banglas concentra-se fortemente nas cidades do litoral, com grande destaque em Lisboa (MAPRIL, 2007, 2009c). Inicialmente, estes imigrantes, na sua maioria homens, vinham de diferentes regiões do Bangladesh, dispersando-se por profissões ligadas à construção civil, restauração, venda ambulante, etc. (MAPRIL, 2008, 2009a), aceitando trabalhos em que pudessem passar mais invisíveis aos olhos da sociedade, uma vez que muitos não dispunham de visto de residência (MAPRIL, 2009b). Quando legalizada a situação, estes imigrantes investiram esforços para constituírem o próprio negócio e, aos poucos, espalharam-se por outras regiões do país, como o Porto e Algarve (MAPRIL, 2008, 2009c). Pode então dizer-se que a partir dos anos 80, a conjuntura da população imigrante em Portugal começa a apresentar características que sinalizam mudanças significativas para a sociedade portuguesa contemporânea que começa a ver-se confrontada com outras questões migratórias, nomeadamente o islamismo, inclusão social, acolhimento e interação com culturas completamente diferentes daquelas apresentadas pelos imigrantes da ex-colónias (MAPRIL, 2008), que sempre foram maioria no contexto imigratório nacional (MARQUES; GÓIS; CASTRO, 2014). Esta nova estrutura da população estrangeira vai dando origem a novas configurações às cidades através das lojas, restauração, circulação e transições dessas famílias nos espaços institucionais da sociedade portuguesa.

A relativa invisibilidade numérica e social da comunidade Bangla parece ter-se traduzido numa desatenção académica de que resulta uma escassez de informações: regista-se, até ao momento, um único estudo com os imigrantes banglas em Lisboa (MAPRIL, 2005) de que têm sido publicados inúmeros trabalhos (MAPRIL idem, 2005, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2009c, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014a, 2014b). Esta lacuna acentua-se quando o público-alvo da pesquisa passa a incidir num grupo reconhecidamente minoritário – as crianças imigrantes e filhos/as de imigrantes Banglas.

Com efeito, o mapeamento bibliográfico de estudos nas Ciências Sociais com crianças imigrantes em Portugal mostra uma incidência no contexto escolar, concentrando-se nas rela-

¹ Em 2017 há um registo de 3.450 imigrantes banglas (SEF/GEFP, 2017) e 2.799 em 2016 (SEF/GEFP, 2017).

ções entre questões étnicas e culturais e a inserção e desempenho escolares, problemas com a língua ou a socialização entre pares nos intervalos (MACHADO; MATIAS, 2006; SEABRA, 2006; ALVES, 2007, 2010; PIRES, 2009; SEABRA et al., 2011; CORDAZZO; VIEIRA; ALMEIDA, 2012). Por exemplo, Alves (2007, 2010) refere que o acolhimento do estrangeiro em Portugal não é uniforme, variando consonante a origem, classe social, gênero: “Ser negro, hispânico, muçulmano, cigano, africano, no contexto escolar português é diferente de ser norte-americano, branco ou não oriundo de ex-colônia” (ALVES, 2007: 69). No seu estudo de caso com três crianças de origem brasileira, a autora ilustra a situação de uma das crianças, negra, que estava sempre isolada das demais, enquanto que as outras duas crianças brancas estabeleciam mais facilmente laços de amizade, apesar das brincadeiras e comentários xenófobos dos autóctones. Acrescenta ainda que, muito do comportamento de resignação destas crianças na relação com as crianças portuguesas era instruído pelos genitores, chegando a sugerir que a rápida assimilação da expressão da língua portuguesa de Portugal pelas crianças brasileiras, especialmente as mais novas que acompanharam os familiares no deslocamento, constituía um modo delas serem aceites pelas demais, umas vezes recebendo o apoio da família, outras não (ALVES, 2010). A respeito da linguagem também Almeida (2019) refere que os/as alunos/as brasileiros/as ou de origem brasileira são confrontados com a mudança de acento e nas diferenças entre algumas palavras. Já o estudo de Seabra (2006) chama a atenção que os alunos PALOP², ou de origem nos PALOP, falam o português na escola enquanto no ambiente doméstico convivem com o dialeto, embora tendem a não falar por motivação dos familiares. O mesmo acontece com os alunos originários dos países do Leste Europeu ou os indianos: falam o português na escola e a língua dos pai e mãe em casa (idem, *ibid*).

Quanto ao desempenho escolar, os estudos com crianças imigrantes indicam uma frequente associação ao nível económico dos familiares, ou classe social (MACHADO; MATIAS; LEAL, 2005; MACHADO MATIAS, 2006; SEABRA, et.al. 2011; SEABRA, 2006, HORTAS, 2013). As diferenças no desempenho escolar entre os alunos filhos de imigrantes e os autóctones, quando as há, geralmente não apresentam grandes disparidades dadas as correlações com a classe social. Num estudo de Pires (2009), em Lisboa, as crianças ciganas, ou de origem cigana, apresentavam um desempenho escolar mais baixo, enquanto que as crianças dos PALOP, ou com origem PALOP, apresentavam um rendimento abaixo da média nacional porque, de entre eles, havia grupos provenientes de um determinado país que apresentavam desempenhos ora muito abaixo da média, ora melhores. Nos melhores índices de aproveitamento escolar entre descendentes de imigrantes estavam os grupos étnicos de brasileiros, macaenses, indianos e ex-emigrantes.

Relativamente à socialização, Seabra, Teresa; Mateus, Sandra; Rodrigues, Elisabete; Nico (2011) mostraram que alunos filhos de imigrantes possuem relações heterogêneas tal como os alunos autóctones, e alunos da mesma e diferente origem imigrante. Porém, em relação ao preconceito, as crianças imigrantes estiveram mais propensas a situações e experiências que os alunos autóctones. Ainda, a partir de um estudo desenvolvido numa instituição escolar com crianças descendentes de imigrantes dos PALOP, Machado; Matias; Leal (2005) e Machado; Matias, (2006) afirmam que este é o primeiro grupo integrado por crianças e jovens mais expressivo da segunda geração em Portugal, o mais plenamente constituído no volume e na forma, com destaque aos oriundos de Cabo-Verde (CERDEIRA et al., 2013). Conforme os autores supracitados, os descendentes de africanos não se reconhecem como imigrantes uma vez que nasceram em Portugal e se sentem como tal, havendo, portanto, outros elementos mobilizadores das relações entre descendentes de imigrantes e autóctones, em que a cor não é o único (*ibid*).

Por seu turno, pesquisas internacionais recentes desenvolvidas no âmbito dos Estudos da Infância acerca de crianças Bangla começam por sublinhar a complexidade deste fenómeno. Primeiro, porque falar de imigrante, ao envolver, imediatamente, dois campos sociais e naturais distintos, o país de origem e o país de destino (ZEITLYN, 2015), requer a sua consideração como imigrantes transnacionais, ou seja, imigrantes que se deslocaram por dois ou mais países. Segundo, porque hoje o conceito de transnacionalismo vai além do deslocamento entre

2 Sigla relativa a Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

países abrangendo como imigrantes e não imigrantes são afetados pela migração (ibidem). Os espaços são compreendidos como construções de diversas referências e locais. Assim, os espaços transnacionais não incluem apenas o país de origem e o de destino, mas vários outros que se associam a estes por múltiplos (f)atores (ZEITLYN, 2015), como o que acontece com a exposição a uma grande variedade dos meios sociais tanto pelas crianças imigrantes como todas as outras (BLOCK; BUCKINGHAM, 2007). Entendendo o transnacionalismo como uma articulação de contextos e diversos elementos não podemos padronizar as identidades transnacionais: uma pessoa pode ser mais transnacional que outra, dependendo das conexões estabelecidas (MAPRIL, 2012).

Em sua pesquisa sobre a infância e a formação de identidades das crianças Banglas na Inglaterra e, em função desta, Zeitlyn (2015) transita em dois contextos diversos, a instituição escolar na Inglaterra e a visita com as crianças e seus genitores junto aos demais familiares em Bangladesh. Na escola, o pesquisador supracitado voluntariou-se como professor assistente: ele ajudou a coordenar um grupo, em horário extraclasse, com atividades direcionadas para as crianças Banglas e outro com aulas de computação para as mães daquelas. Confrontado com as divergências em suas interações com os mesmos interlocutores nos contextos distintos, reconhece que a entrada pela escola possui algumas vantagens, primeiro relacionada à identidade do pesquisador que vem imediatamente associada a uma instituição em que os genitores confiam. Fora do ambiente escolar e diante dos novos olhares quer de outros adultos e crianças no contexto familiar em Bangladesh ele é facilmente colocado num lugar do estranho mesmo pelas crianças que já tinha construído vínculo, tal como afirma Jame (2001) citado em (ZEITLYN, 2015), relativamente às questões de consentimento no contexto escolar fica fácil perceber quem é pesquisador e pesquisado na pesquisa, o mesmo não se dá nos espaços informais, no qual a chegada e saída de pessoas e a complexidades das relações, demanda do pesquisador uma constante reapresentação de si e da pesquisa.

Todos estes estudos contribuem para construir uma visão sobre o quadro geral da imigração infantil em Portugal, e para a problematizar, instigando também à realização de uma pesquisa Ator-Rede com crianças imigrantes do Bangladesh a viverem numa cidade do norte do país. Tendo como suporte teórico metodológico a articulação entre a Teoria Ator-Rede (TAR) e os Estudos da Infância contemporâneos as questões iniciais versavam as relações das crianças, entendidas enquanto actantes híbridos, com o espaço físico, pares, as relações intergeracionais, os elementos sociais, religiosos e culturais da sua comunidade, as tecnologias, a pesquisadora, no intuito de entender que identidades se estão a construir e como a questão de ser imigrante se interpunha nas suas rotinas diárias. Esta pesquisa acerca de crianças imigrantes do Bangla vem assim introduzir não apenas uma maior diversidade no estudo da infância contemporânea em Portugal, abrindo espaço para pensar a imigração infantil e lidar com três fatores inerentes à sua invisibilização social - a própria condição de imigrante; a pertença a uma etnia diferente, desconhecida e pouco visível na sociedade e os quotidianos nos contextos informais e extraescolares -, como também colocar novos reptos aos pesquisadores acerca dos modos de as pesquisar.

Desafios epistemológicos, metodológicos e éticos tornam-se objeto de discussão, especialmente quando a pesquisa com as crianças se refere a crianças imigrantes; quando acontece fora dos muros das instituições escolares; e quando se dá o caso da não compreensão e não aceitação da formalização do consentimento informado por parte dos seus progenitores. As questões das diferenças e desconhecimentos mútuos entre as culturas Bangla e a ocidental, aqui representada pela pesquisadora, reitera a sua importância como “um dos principais instrumentos da pesquisa (SPINK, 2008; SPYROU, 2018), mas deixa em aberto as suas competências como intérprete competente e fidedigna daquela cultura, ou não. Ou seja, de como, afinal, lidou com os etnocentrismos e adultocentrismos emergentes da pesquisa e até que ponto deu conta do problema da sua tradução e/ou traição.

Seguindo as orientações metodológicas da Teoria Ator-Rede, realizou-se um estudo com crianças imigrantes do Bangladesh entre 2 a 15 anos, seus pais e mães, e comunidade, procura-se então neste texto dar conta “dos sapatos que nos calçam” e nos têm permitido caminhar e desbravar este campo ainda imprevisível e pouco explorado. Mais especificamente, focaliza-se

a discussão nos processos de construção do consentimento informado entre a pesquisadora e os diversos atores Bangla, sublinhando i) as suas particularidades ao longo do tempo, e em função de determinados contextos não escolares: espaços públicos abertos e fechados, espaços privados, espaços comunitários Bangla; ii) os constrangimentos e imprevistos suscitados no campo bem como as relações, os saberes e aprendizados através deles adquiridos; iii) os processos em que se fundamentam consentimentos informados informais e, portanto, da ética como uma prática negociada e contextualizada.

Estudos da Infância e TAR: questões teóricas, metodológicas e éticas

Os novos estudos da infância, críticos de um olhar adultocêntrico, têm vindo a apresentar uma compreensão da infância “por dentro”, ou seja, conhecer a agência das crianças, nas suas controvérsias e potencialidades, apresentando-as como sujeitos que produzem conhecimento em suas articulações cotidianas (FERREIRA; NUNES, 2014). Neste sentido, os mais recentes conhecimentos produzidos sobre a infância e as crianças assentam em metodologias renovadas e empenhadas na percepção das formas, dos processos e dos modos como as crianças se percebem a si mesmas e ao seu entorno sociocultural e material (FERREIRA, 2002; SARMENTO, 2004; COHN, 2005; PROUT, 2005; FERREIRA, 2008; ALANEN, 2009, 2016; SOTO, 2012; STRYKER; YNGVESSON, 2013; QVORTRUP, 2014; SARMENTO; SPYROU, 2018).

No entanto, apesar de todo avanço dos últimos anos na produção de pesquisas e debates em conferências e congressos sobre as crianças e a infância, Spyrou (2018) alerta-nos sobre as lacunas e as falhas na representação das vozes das crianças e da falta de clareza nos rumos que os múltiplos estudos sobre crianças e infância vão seguindo. Ainda sobre este debate, destacamos o alerta que nos deixa Alanen (2014) sobre a necessidade de maior articulação e suporte teórico e não apenas ampliação do número de trabalhos empíricos no campo da Sociologia da Infância. Faz-se necessário, afirma a autora, produções engajadas com as novas teorias sociais.

Os desafios lançados a partir destas controvérsias estiveram na base dos esforços de articulação e complexificação dos contributos dos Estudos da Infância com os da Teoria Ator-Rede (TAR) – esta, também, uma teoria em construção, que entra aqui como uma tentativa de lançar mão de uma das novas teorias contemporâneas como suporte ao trabalho com e sobre crianças. Embora definida como uma teoria, a TAR é primeiramente um método, um caminho para rastrear os fatos na sua construção e fabricação (LATOURET, 2005). Logo, não se trata de aplicar um quadro de referência teórica inserindo os factos e suas conexões, mas de seguir os atores na construção das diferenças, nos efeitos, nos rastros deixados pelas suas ações (TSALLIS, 2005; ARENDT, 2007; MORAES, 2013). Desta forma, a TAR não é uma teoria que explica alguma coisa, mas um modo de olhar que nos ajuda a compreender o fluxo da ação, trabalho e controvérsias nas negociações de interesses e formação das redes. Para Tsallis (2005), a TAR busca assumir o mundo, na maneira como ele se apresenta, com seus extremos misturados e intrincados. Além disso, ressalta que, nesta perspectiva, não é uma boa estratégia produzir constantes denúncias críticas ou determinar o produto de um fenómeno, mas sim buscar descrever suas associações de formas distintas. Ou seja, o que se entende por verdade deve ser tão investigado quanto aquilo que nos parece mentira. O propósito é mapear os acontecimentos na sua construção de fenómenos, descortinando a sequência de traduções operadas (BOSCO, 2006; QUEIROZ E MELO, 2007; FERREIRA, 2010).

Nesta ressonância entre Estudos da Infância contemporânea e TAR, o desenvolvimento da pesquisa com crianças busca traduzi-las o mais autêntico possível, buscando respeitar e compreender o que é dito pelas crianças a partir do contexto e rede inseridos. Embora não se compreenda essa “tradução autêntica” como uma tradução pura: o/a tradutor/a é um/a pesquisador/a adulto/a e, por este e outros vieses, este seu papel é como o de um actante cuja função é fazer a tradução sem negar a possibilidade de incorrer na traição. “Tradução” e “traição”, conceitos básicos e essenciais na TAR, são tão importantes que ela é, também, muitas vezes, considerada como Teoria da Tradução. Traduzir ou transladar representa assim o deslocamento de objetivos, interesses, artefatos e dispositivos de um contexto a outro (CALLON,

1984; LAW, 1992); LATOUR, 2000; FREIRE, 2006; CENTRE, 2010; BAIOCCHI; GRAIZBORD; RODRÍGUEZ-MUÑIZ, 2013; CAMILLIS; ANTONELLO, 2014). Pressupõe o desvio de rota, a criação de conexões que não eram visíveis e, que de certa forma, alteram os elementos envolvidos. Basicamente podemos entender o transladar no sentido da tradução de línguas: ao dizer a mesma coisa em outra língua, essa nem sempre traz todos os sentidos originais; há sempre algo que escapa ou cresce no seu significado. Isso é o que Law (1997) vai chamar de traições. As traições nas traduções são inevitáveis, mas, nem por isso, indesejáveis (idem).

Neste alinhamento, mas do ponto de vista dos Estudos da Infância, relembra-se Spyrou (2018) quando, ao abordar as pesquisas que buscam representar as crianças, destaca a complexidade que é dar conta da autenticidade destas vozes, defendendo, por isso, a importância de compreender as camadas que aquelas vozes infantis podem conter, nomeadamente o contexto social, material, cultural, religioso entre outros, incluindo o/a próprio/a pesquisador/a. Pode então dizer-se que a construção da tradução de uma investigação com crianças, requer refletir criticamente sobre a forma como o/a pesquisador/a afeta e também é afetado/a pelo campo (FAVRET-SAADA, 2005), uma vez que, inevitavelmente, faz parte dele, e se torna também outro elemento de conexão naquele processo. Acresce ainda consciencializar e aprender a lidar com o problema ético-epistemológico do adultocentrismo que, neste caso, se agrava com o do etnocentrismo.

De acordo com esta perspetiva simétrica da TAR não cabe à priori nenhum privilégio ao/à pesquisador/a frente aos actantes que integram o campo de pesquisa. Os “privilégios” numa pesquisa Ator-Rede podem ser compreendidos, por exemplo, no poder sobre um outro, no domínio da fala, no uso de um brinquedo ou espaço, na decisão das brincadeiras etc., e fazendo notar na fluidez das interações. Neste sentido, uma vez em campo, o/a pesquisador/a torna-se um nó na rede inserida, produzindo efeitos e sendo afetado pelas ações que dele emergem, pelo que a prescrição de neutralidade - diretamente associada ao pensamento moderno e a uma divisão purificadora que antagoniza o saber científico ao saber do senso comum - torna-se incoerente (QUEIROZ E MELO, 2007). Neste âmbito, destacamos também a crítica que Haraway (2013) faz à visão científica que fabrica fatos e afirmações sem explicar os dispositivos que tornam possíveis as “verdades” apresentadas pelos cientistas. Ela denuncia um modo de fazer pesquisa supostamente neutro que ignora o papel e a implicação do/a pesquisador/a na produção científica. É, pois, necessário responsabilizar-se pelas perspectivas, posições e modos de fazer alianças em campo e pelos “como isso” interfere na percepção dos factos fabricados.

Nesta dialética, avançamos para a narrativa de algumas controvérsias epistemológicas, metodológicas e éticas suscitadas na pesquisa, focalizando a construção do consentimento informado entre a pesquisadora e os atores da comunidade Bangla, de modo discutirmos acerca dos processos envolvidos nas traduções e traições da comunicação intercultural inerente aos modos de negociação ocorridos em diversos tempos e contextos sociais.

A construção do consentimento informado: entre processos de tradução e de traição

A tomada de conhecimento de que havia crianças Bangla a frequentarem o Jardim de Infância na zona antiga de uma cidade no norte de Portugal, e de que ali existia uma comunidade de imigrantes desse país, esteve na base de uma pesquisa com estas crianças em espaços não escolares que se prolongou por aproximadamente dois anos, entre junho de 2015 e julho de 2017, e acabou por se alargar a algumas das suas famílias e incluir parte da comunidade. Tratava-se de um grupo composto por cerca de 8 famílias, geralmente pai, mãe e 2/3 crianças, dedicadas ao comércio de têxteis por atacado. As suas lojas concentravam-se em torno de uma pequena praça, e nas imediações, e algumas famílias habitavam num apartamento desse mesmo prédio ou próximo. Era esta pequena praça pública que as crianças Bangla costumavam ocupar nos seus vai-vem dentro e fora das lojas da família, ali se encontrando com outras crianças para brincarem sempre que o clima e os afazeres escolares e familiares o permitiam.

Interessada em pesquisar as relações e identidades daquelas crianças como crianças

imigrantes, cedo percebi que não podia simplesmente ficar a observá-las quando estavam no espaço público da praça porque esta representava uma extensão quer dos espaços público-privados que eram as lojas e onde uma boa parte da domesticidade também acontecia, quer dos espaços privados das suas casas. Foi no demorado uso e crescente intimidade com esses espaços que fui podendo observar o que os “de fora” não têm acesso, e perceber, de “dentro”, os modos das crianças interagirem com as mães e os pais, as maneiras de estar das meninas e mulheres, mas também dos meninos e homens, de rezar, comer, de acompanhar os fazeres das responsabilidades escolares e domésticas, e as queixas sobre outras crianças, a escola e a sociedade portuguesa. Entrar nestes outros terrenos foi resultado de uma relação recíproca de confiança e respeito em que, ao longo dos primeiros 4 a 5 meses foi crucial estabelecer e fortalecer o vínculo com os diferentes atores da comunidade, num longo processo de negociações associado à uma construção de consentimentos informados apenas verbais e todos eles assentes na “informalidades informais”, que vieram a perdurar - um processo bem do avesso da prática habitual da iniciação da pesquisa pautada pela obtenção do consentimento informado formalizado com a assinatura dos atores num documento que passamos a dar conta e a analisar.

Primeiras negociações da entrada no campo: a importância de *gatekeepers*³

Dirigimo-nos a uma loja Bangla que ficava mesmo em frente às escadas da praça. Lá estava Rarife com Nasmin ao colo, e ela imediatamente reconheceu a educadora. Seu marido apareceu logo, pareciam honrosos com a visita da educadora. Esta começou por entregar um cd que tinha em mãos sobre uma apresentação das crianças, alegou que era este o motivo da visita e aproveitou a ocasião para me apresentar aos pais, falar de minha pesquisa e dos meus interesses na comunidade. A seguir à educadora, eu falei do meu objetivo em estar com as crianças e perceber como elas, no dia a dia, lidam com os elementos socioculturais do país de origem e do país em que estão, e que para isso gostaria de estar com as crianças e participar de suas interações umas com as outras. Estes familiares alegaram que não haveria problema algum: eu poderia lá vir, mas era melhor no domingo. Combinamos que eu estaria lá no próximo domingo às três horas da tarde. Além dessa loja, fomos a mais duas, em todas elas, os pais e as mães foram acolhedores (Notas de campo, 9 de junho de 2015).

Estas minhas incursões na comunidade Bangla e os primeiros contatos com os pais e as mães das crianças foram bem-sucedidos, mas eu sabia que muito dessa recepção aberta e calorosa se devia à presença de uma figura por eles já conhecida e respeitada – a educadora das suas crianças -, o que, simultaneamente, me deu imensa segurança. Tal como afirmam Macrae; Vidal (2006) relativamente a um estudo antropológico e que também entendemos fazer sentido num estudo Ator-Rede, é preciso haver tato e delicadeza para entrada em campo, condições como aparência, os primeiros interlocutores e os *gatekeepers* são essenciais e afetam diretamente a relação ou impressão que o pesquisador provoca nos interlocutores.

Iniciadas as primeiras incursões no terreno deste modo, a verdade é que eu acabava por não saber se os pais e as mães me deixariam estar com as crianças dentro das suas lojas, ou mesmo fora, na praça pública, nem por quanto tempo. O facto dessas famílias serem muçulmanas também despertava em mim muitos receios, se eles viriam a confiar em mim e se este

³ Gatekeepers são, numa tradução livre, os guardiões dos portões, porteiros. Como descreve Harger & Quintela (2017) são pessoas ou instituições que exercem algum poder no acesso do pesquisador ao grupo de pesquisa.

aspecto iria intervir na pesquisa. Éramos completos desconhecidos uns para com os outros, mas segui o combinado:

No domingo, às três da tarde lá estava eu. Fui primeiro à loja dos familiares de Larim, Nasmin e Cazu. Larim de seis anos brincava com sua irmã Nasmin de 4 anos e a amiga Sádía também de 4 anos. Na loja estava Rarife, a mãe das crianças, o pai e um funcionário. As meninas estavam sentadas na vitrine com vários brinquedos, um espaço de mais ou menos um metro quadrado, que não me parecia ser usado como vitrine. As três estavam a brincar com peças de dominó. Perguntei a Larim o que estavam a fazer e ela disse-me que estavam a fazer uma festa e tinha bolo. Colocavam as peças uma sobre a outra. Perguntei se podia brincar com elas, e elas disseram que sim. Fiquei ali sentada no chão da loja com elas [...]. Ainda no meu primeiro contato, conheci Cazu, um menino de 11 anos. Ele vinha da mesquita e foi direto para o balcão à entrada onde tinha um computador, pegou o telemóvel e ali ficou a manuseá-lo. Apresentei-me a ele, perguntei o que estava a fazer, ele disse que estava jogando. Ele mostrou-me um vídeo de um jogo que gosta muito, o Cricket, um jogo de origem inglesa. Perguntei-lhe se ele sabia jogar, ele disse-me que sim, e que brinca na praça com os amigos. Interações que tive mais tarde oportunidade de acompanhar. Nisto, um menino veio até a porta, chamou-o e ele foi para a praça [...]. Quando chegavam clientes, ia ter com as três meninas que mencionei acima. Nasmin, não disse nenhuma palavra, Larim ainda falava alguma coisa comigo. Mas brincamos, e neste primeiro dia, tendo me sido oferecido, não neguei uma “fatia de bolo” representado por algumas peças de dominó. A mãe chegou à nossa beira, e foi ela quem me fez o convite e a autorização: “Pode ir brincar lá na praça com elas, podem ir lá fora” [...]. Naquele dia, dirigi-me ainda a duas outras famílias e conversei com as crianças dentro da casa e na loja. Uma delas, a Esia e sua irmã, Tanisha, assíduas frequentadoras da praça passaram também a ser umas das crianças que tive maior interação (Notas de campo, 14 de junho de 2015).

Rarife, a mãe, uma gatekeeper privilegiada, foi fundamental para a minha permanência no campo: repercutiu-se no caso das crianças pois Larifa, Esia, Arifa e Larim foram importantes aliadas para a minha permanência e no acesso a outras crianças e foi ela quem, mais tarde, me abriu as portas de sua casa e facilitou a minha entrada nas cerimônias e festas religiosas e culturais junto de outras famílias.

Neste primeiro momento, e durante alguns meses eu estava constantemente a pensar o que podia ou não falar, como vestir e portar na relação com as crianças e os pais e as mães. Algumas circunstâncias facilitaram a minha aproximação com Rarife, ela diferente de outras mães, falava razoavelmente bem o português, não tinha parentes nem amigos em Portugal e sentia-se sozinha, conforme alegou-me algumas vezes. Mas as nossas conversas não eram unilaterais: em nossos primeiros encontros ela também me colocou algumas perguntas: se eu era casada, se tinha filhos, com quem morava. Eu observava-os, mas também sentia que eles, adultos e crianças, observavam a mim em todo o momento da pesquisa. Apenas o marido de Rarife ficava mais afastado, de modo que, a maior parte das vezes, eu nem o via na loja. Neste sentido, pode dizer-se que uma das estratégias que utilizei para poder estar com as crianças foi deixar-me conhecer pelos seus familiares, especialmente, as mães que se colocavam mais acessíveis no contato comigo.

Construir a entrada em campo e a confiabilidade com crianças e mães

A partir dos primeiros encontros os meus contactos com as crianças deu-se, maioritariamente, na praça pública. Eu observava, tentava interagir com mais crianças tanto quanto me fosse possível e tomava nota de tudo. Durante muitas visitas tive sempre o receio de algum dia os pais ou as mães se incomodarem com minha presença com as suas crianças. E, de facto, a desconfiança fazia algum sentido, visto que eu era constantemente questionada sobre minha pesquisa e o porquê de desenvolvê-la ali:

Era um domingo à tarde, eu estava na praça com Larifa, Esia, Uazifa, Larim e Nasmin. Estávamos a jogar adedanha quando a mãe de Larifa aproximou-se com seu filho e me convidou para um café: “vamos eu convido café”. Eu não compreendi se íamos tomar café na casa dela, se estávamos todos convidados, mas vi Larifa e Uazifa a levantarem-se. Larifa parece ter percebido que não compreendi muito bem, puxou-me pelo braço, “vens, Pesquisadora, minha mãe quer te oferecer um café, vamos! Larim, tu ficas cá, depois voltamos”. Larim olhou para mim como quem não gostou, eu disse-lhe que já voltava. Percebi que o convite não era estendido a ela. Segui Larifa, Uazifa e sua mãe com o seu filho de dois anos no colo. Miria também chamou a Esia que veio connosco, embora, ao contrário de Larim, tenha feito uma expressão de quem não estava completamente confortável. Subimos uma ladeira e fomos para um café numa praça há alguns quarteirões dali. Eu achei aquele convite estranho, não me parecia um hábito rotineiro, e não era. No café, Esia, visivelmente desconfortável, pegou uma coca cola por muita insistência de Miria. Eu pedi uma meia de leite e um pão com manteiga, a mesa foi tomada por refrigerantes, pães e doces. Miria começou a me mostrar fotos de casamento de sua irmã no Bagladesh. Mostrou-me as fotos com grande orgulho e ressaltando quão caro fora o evento, o ouro das jóias e o luxo da vestimenta. “És casada?”, perguntou-me enquanto me mostrava as fotos. Eu disse-lhe que não. “E moras em Portugal com quem? [...] Vais voltar para o Brasil? [...] E estás a fazer um doutoramento, e para que esta pesquisa sobre os Bangladeshis?” (Notas de campo, 28 de fevereiro, 2016).

Miria não foi a única mãe a perguntar sobre a pesquisa e chamou-me a atenção toda a preparação que ela parece ter feito para saber quem era e o que lá estava a fazer. Senti que poderia não ser gratuito quando ela disse “*E para que é esta pesquisa sobre os Bangladeshis?*” Talvez pudesse haver a desconfiança de que eu quisesse descobrir alguma coisa sobre os Bangla e as crianças não fossem meu foco de pesquisa, mas sim interlocutores dos adultos. Ocasões como estas foram entendidas como oportunidades em que devia reafirmar os objetivos da pesquisa - o interesse pelo cotidiano e identidades das crianças – e, assim, refazer o “contrato” de investigação.

A minha prontidão e disponibilidade para prestar os esclarecimentos que surgiam, pareciam ser suficientes para ir (re)instaurando a sua confiança em mim e a minha credibilidade. A relação com as crianças e as mães, especialmente Rarife, foi sendo fortalecida e, passados alguns meses no campo, fui convidada a entrar, permanecer e aceder a outros espaços mais privados da loja:

ao fundo da loja havia uma mesa com cadeiras. Nos dias chuvosos do inverno, era lá que ficava com as meninas para desenhar e ajudá-las nos deveres escolares [...] por vezes era o espaço de refeição. Percebi que tanto Rarife quanto as crianças, quando não estavam na escola, estavam lá todo o dia (Notas de campo, março de 2016).

Mesmo assim, na interação no campo, desde o primeiro contacto com os pais, as mães e com as crianças, o consentimento informado verbal foi feito e refeito. E foi, por várias vezes, motivo de conversa com as crianças que queriam compreender a pesquisa, ver meu caderno de campo e, inclusive, pediram para ser entrevistadas. Apesar desses progressos na dinâmica da pesquisa, pautada nas conversas, entrevistas e interações cotidianas das e com as crianças, essa dinâmica parecia ainda ser confusa para os familiares. Eram as crianças que, muitas vezes, advogavam em defesa da pesquisadora diante da desconfiança dos pais e mães:

[durante uma tarde de sábado entrei na loja onde estava a senhora Aria, a mãe de Nazim, e esta questiona-me:]

Aria: O que tu estudas mesmo?

Pesquisadora: Sou estudante do doutoramento em educação.

Aria: E porquê fazes esta pesquisa?

Pesquisadora: O doutoramento é sempre um trabalho de investigação. Eu também sou imigrante e tenho pessoalmente um interesse na realidade dos imigrantes, principalmente no olhar das crianças. E por ser uma comunidade pequena, mas interessante, e pouco estudada é que quis conhecer a comunidade Bangla na visão das crianças.

Nazim: Tu és cientista, tem de estudar muito para fazer pesquisa. Eu também quero ser cientista, e fazer pesquisa é algo muito difícil e às vezes demora, não é?

Pesquisadora: Sim, Nazim, não é fácil. E o que você quer pesquisa?

Nazim: Eu não sei, mas quero fazer pesquisa de laboratório, acho (Notas de campo, 7 de fevereiro, 2016).

Já observava as crianças na praça pública frente às lojas de comércio dos Bangla, e dentro delas, mas o meu contacto com as famílias ainda era restrito: eu não conhecia e não me tinha apresentado a todos pais e ,mães , apesar de muitos já me terem visto por lá pois, em cerca de 5 meses, eu já estava a interagir com aproximadamente 25 crianças mesmo que nem todas fossem igualmente assíduas - os meninos já não vinham ter sempre comigo, as meninas esperavam por mim todos os sábados e domingo às 15 horas. A minha interação com as crianças, especialmente as meninas, estava cada vez mais fluída, mas continuava a optar por adiar a solicitação da formalização do consentimento informado. Com efeito, devido à desconfiança representada nas constantes perguntas sobre as minhas identidades como pessoa e investigadora durante aqueles meses, eu receava que se lhes apresentasse um documento para que eles assinassem pudesse ser visto como uma ameaça, pressão ou descortesia da minha parte. Muitos estudos de cunho antropológico referem que a solicitação da assinatura num documento no início da pesquisa, principalmente quando os atores têm alguma dificuldade derivada de questões de linguagem, condições económicas e sociais ou outros fatores passíveis de gerarem constrangimentos, pode produzir algum estresse na relação de investigação e afetar o elo de confiança (VÍCTORA, 2004; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010). Viria a perceber mais tarde que a minha “espera” seria essencial para perceber que havia outras “portas” que, apenas na minha interação em campo e nas minhas contínuas negociações da pesquisa com as crianças e seus familiares, poderia ir abrindo para, de fato, entrar na comunidade, sendo reconhecida como alguém de palavras e ações, comprovadamente, confiável. E, no entanto...

O pedido de formalização do consentimento informado como uma “traição”

O consentimento informado numa pesquisa com crianças é um elemento que atende não apenas à ética, mas ao cuidado do pesquisador em relação aos dados colhidos. Refere-se à informação partilhada com as crianças e seus familiares sobre a investigação e o consentimento na participação da mesma (SARMENTO; FERREIRA, 2008). Destaca-se que a participação é voluntária e que em qualquer altura do processo de investigação os participantes podem recusar participar sem qualquer prejuízo. Neste sentido, entendemos que o consentimento informado é um processo que vai sendo negociado em campo através de dinâmicas ético-metodológicas que se adequam ao cotidiano e contexto dos pesquisados. Segundo Alderson (1995 cit. in SARMENTO; FERREIRA, 2008), a garantia do consentimento impacta todas as outras garantias na pesquisa e o consentimento das crianças tem relação direta com as possibilidades de falarem e fazerem-se ouvir durante todo o processo.

Vista regularmente na praça com as crianças, e sendo a minha presença aceite sem reservas por parte de crianças e mães, entendi que estavam reunidas as condições básicas para avançar de um consentimento verbal e informal para a formalização do termo de consentimento e que esta ocasião poderia ser também uma possibilidade de conversar com os outros membros da família e assim, de alguma forma, justificar diretamente a minha presença ali. Preparei então um consentimento informado aos familiares e outro às crianças contendo informações acerca dos objetivos e métodos da pesquisa, da desobrigação de participação, bem como do compromisso ético e moral dos usos dos dados que estas me facultavam ou poderiam facultar. Redigidos numa linguagem diferente, procurava garantir que também as crianças participantes o conhecessem e, se assim o desejassem, o assinassem:

Conversei com Larifa, que me disse que poderia assinar o dela, mas disse-me que tinha de ver se o pai ia querer assinar. Mas foi só na fala da Esia que comecei por perceber os constrangimentos que este documento ainda me traria:

Esia: Minha mãe é que podia assinar, mas ela não lê português.

Pesquisadora: Não tem problema, seu pai pode assinar.

Esia: Meu pai não percebe estas coisas. Ele não vai assinar.

Pesquisadora: Eu posso escrever o documento em inglês para sua mãe.

Esia: Ela também não percebe inglês.

Pesquisadora: Eu posso conversar com seu pai e explicar-lhe.

Esia: Como quiseres, mas num é que eles me proibam de participar da tua pesquisa, percebes? Eles não se importam que venhamos cá ter consigo, mas não sei se eles vão perceber [...] (Notas de campo, 13 de dez., 2015).

Organizei-me então para falar com os pais e ou as mães, começando por aqueles com quem já tinha alguma relação de proximidade. Rarife era, entre as mães, a minha aliada mais forte, mas assim que lhe falei do assunto:

Rarife: Para que tu queres assinatura? Eu já falei que podes vir, podes brincar com as crianças quando quiseres. Já não estás a vir? Não precisa de papel.

Pesquisadora: Eu sei que por vocês está tudo bem, mas para a universidade é importante que eu também tenha este

documento que vocês me autorizam a participar da pesquisa.

Rarife: É para a faculdade? Fala para eles virem aqui! Não precisa papel! (Nota de terreno, 13 de dezembro, 2015)

A senhora Aria, mãe do Nazim, ao ouvir-me foi bem direta: “- Mas eu já não te dei minha palavra que podes perguntar o que quiseres ao Nazim?” (Nota de terreno, 7 de janeiro, 2016)

Confrontada com estas resistências das mães em assinarem o papel senti-me a regressar ao início da pesquisa, às minhas inseguranças e vulnerabilidade, embora, ao mesmo tempo, percebesse nas suas recusas explícitas um tom amigável e um voto de confiança na minha pessoa. Mas teriam entendido o seu e o meu papel na pesquisa? Ainda não refeita destas dúvidas, encontrei, entretanto, resistência maior: não queria desistir de obter a formalização do consentimento informado sem antes tentar falar com o pai ou a mãe, já que as famílias Bangla têm fortes traços patriarcais. Enchi-me então de coragem e fui então falar com o senhor Adam, pai de Sadir e Saiisa, que ocupava um cargo relevante na comunidade Bangla, na expectativa de que a sua posição me pudesse ajudar de alguma forma:

[Ao falar com o sr Adam a respeito do consentimento informado para a pesquisa, se ele teve dúvidas, nem sequer perguntou. E foi no decurso desta conversa que me dei conta que era preciso rever a questão e os termos em que se daria a obtenção do consentimento]

Adam: Pois, toda a gente anda aqui a me perguntar, o que tu vens fazer todos os dias e tanto ficas a perguntar as crianças.

Pesquisadora: Como já falamos antes, mas tenho todo o gosto em explicar novamente: eu estou fazendo uma pesquisa académica sobre as crianças descendentes dos imigrantes Bangladesh. Eu venho aqui para estar junto das crianças e conhecer o que elas fazem, de que brincam, as coisas que gostam. É uma pesquisa sobre a comunidade Bangla no Porto, mas na perspectiva das crianças.

Adam: Sim, eu sei! Eu já disse isso a toda a gente. Mas isso nunca acaba? Tu vens cá todos os dias? Até quando isso? Olha, eu já cooperei! A partir de agora, nem eu nem os meus filhos iremos cooperar mais! Fiquei arrasada, agradeci a participação e disse que era importante o comentário pois teria todo o gosto em explicar à família sobre minha presença ali e o quão importante são estes estudos para que as comunidades imigrantes não passem tão invisível e estereotipadas cá em Portugal. E disse-lhe que são pesquisas como as minhas que ajudam a romper estereótipos e ampliar o modo de ver os imigrantes, embora respeitasse e aceitasse sua decisão, não sem lamentar (Notas de campo, 16 de janeiro 2016).

Como eu estava enganada! Depois desta conversa, não segui adiante com o consentimento informado, pois percebi o estranhamento que a sua formalização estava a causar, mesmo sabendo que o consentimento informado em pesquisas com métodos etnográficos não é um procedimento único, mas um processo que pode demandar novas negociações (RIBEIRO,

2009) e, inclusive, encarar a interrupção e recusa de uma participação que fora prontamente aceite. Embora num primeiro momento o Sr Adam tivesse aceitado contribuir, ele próprio, para a pesquisa, e permitido aos seus filhos participarem, e também estes terem aceitado, a partir daquele momento receei que não pudesse voltar à praça ou, que se viesse, já não seria bem-vinda ou não teria autorização para estar com as crianças. Tais antevisões não chegaram a acontecer uma vez que a pesquisa continuou a ser (re)negociada de modos mais ou menos explícitos de cada vez que nos encontrávamos.

Não obstante, este revés é extremamente importante para refletir criticamente acerca da obtenção do consentimento informado nas pesquisas em Ciências Sociais e das questões que se colocam quando, neste caso, duas culturas diferentes se confrontam acerca dos seus significados e sentidos. Para a cultura ocidental e acadêmica o consentimento informado escrito é um documento exigido por certos órgãos de regulamentação ética, representando um compromisso de ética e responsabilidade do/a pesquisador/a para com os interlocutores da pesquisa. Ora, o formato de consentimento biomédico tem sido questionado por antropólogos, particularmente nas pesquisas em que o consentimento livre e esclarecido pode colocar em risco ou constrangimento a vida dos interlocutores, como, por exemplo, nas pesquisas que envolva questões ilegais (RIBEIRO, 2009; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010; BELTRÃO, 2014; CERES, 2014, SARTI & DUARTE, 2014). Os autores acima referem ainda que este procedimento pode ser controverso nas situações em que inibe o discurso dos interlocutores mesmo que não ofereça riscos objetivos – como aconteceu nesta pesquisa. Neste sentido, perante os argumentos Bangla que assentavam no valor e respeito pela palavra e pela relação estabelecida, a minha insistência em obter a formalização do consentimento informado creio que poderia representar uma “traição cultural” - no sentido de partes e lugares culturais epistêmicos distintos -, reveladora dos percalços e dificuldades em interpretar e traduzir adequadamente a sua cultura, e do quanto ainda me encontrava amarrada ao meu etnocentrismo.

O modelo biomédico do consentimento informado, visto como um requerimento legítimo e fulcral nas pesquisas cujas intervenções tomam os sujeitos como cobaias de experimentos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), coloca-se nos antípodas das pesquisas de cunho socioantropológico em que se assumem os sujeitos como atores; o próprio objeto de estudo pode ser construído e renegociado na interação com eles, e em que também o/a pesquisador/a é igualmente um ator em interação com seus interlocutores. Como tal, não se afigura coerente que alguém desenvolva a pesquisa tendo já definido previamente, ou previsto, as categorias de análise sem a possibilidade de renegociação das mesmas, e isso contrasta veementemente com os objetivos do modelo formal de consentimento informado (*idem*).

Munida com as novas aprendizagens, duramente adquiridas, regressei então ao campo de pesquisa.

Consentimentos informados informais como construção de traduções

Na tentativa de tentar desconstruir as possíveis ameaças que pudessem decorrer da “traição” representada pela formalização do consentimento informado junto do Senhor Adam, apelei à família com quem tinha construído maior proximidade socioafetiva:

[Voltei à loja de Rarife, e contei-lhe o que se tinha passado. Rarife de um modo muito simples, com certo estranhamento acerca do que eu lhe contava, acolheu-me em campo novamente: - Ele disse-te isso? Não te preocupes, se alguém perguntar eu digo que és nossa amiga. Não tem nada disso não. Podes vir sim. Ele não sabe de nada (Notas de campo, 16 de janeiro, 2016).

A afirmação de amizade proclamada por Rarife, assim como a sua imediata solidariedade, foram por mim traduzidas como uma afirmação de que eu continuava a ser bem-vinda, e que, de alguma forma, as portas para entrar e estar na comunidade continuavam (entre)

abertas. Acresce que o seu marido ocupava igualmente um lugar de destaque na comunidade, pelo que, simbolicamente, a minha relação privilegiada com sua família atestava a minha credibilidade. E de facto, foi isso que foi acontecendo. A nossa aliança ficou ainda mais forte: eu passei a participar de muitos eventos com Rarife e sua família e, através dela, os familiares de outras crianças conheciam-me, passando a ser, cada vez mais, vista como a pesquisadora amiga da Rarife e sua família. Foi assim, o Sr Adam mandou novamente os seus filhos virem ter comigo e a convidarem-me, também, para os eventos da comunidade:

A principal festa para a comunidade de Bangladesh é 21 de fevereiro, dia internacional da língua materna. Agora que a comunidade estava dividida em duas associações, as celebrações e festas deixaram de acontecer na praça. Fui convidada por Rarife e por Larifa para participar das duas festas. Com Rarife, fui mais cedo a seu pedido. Ela pediu que eu também levasse maquilhagem para maquilhar a ela e as meninas. Arrumamo-nos na loja, houve uma leitura de um texto pelo senhor Adam e uma sessão de fotos da qual participei. Depois seguimos de carros para um hotel 5 estrelas onde após um discurso com representantes políticos da cidade do Porto, e dos líderes da associação, foi-nos servido o jantar. Após o evento, Rarife e o seu marido levaram-me até minha casa (Notas de campo, 21 de fevereiro, 2017).

Nos dois anos que estive no campo, além de continuar a acompanhar as crianças nos locais habituais da praça e das suas lojas sucederam-se os convites para idas às casas de duas famílias onde almocei, brinquei com as crianças ou ajudei as mulheres em tarefas necessárias para as festas. Esta entrada no espaço privado destas famílias, entendido como uma manifestação da sua abertura e confiança na pesquisadora, pode ainda ser traduzido como um modo informal de reiterar o seu consentimento informado na pesquisa, ainda que formulado por via das relações de género feminino. Com efeito, e tal como também refere Mapril (2008), o género do pesquisador não é displicente no acesso aos mundos fortemente genderizados da cultura Bangla. Neste sentido, apesar de, muitas vezes, os homens, pais e maridos, estarem presentes mantiveram sempre uma relação atenciosa, mas discreta e fisicamente distante comigo.

Outras formas de manifestação das traduções possíveis entre culturas Bangla e portuguesa, e do meu papel como mediadora no conhecimento e usufruto da vida cultural da cidade, aconteceram com o alargamento dos convites a outros espaços da cidade não frequentados habitualmente pela comunidade Bangla:

“Desde de abril, Esia me tinha dito que queria visitar o *Museu Interativo World of Discoveries*. No sábado, ela perguntou-me se eu queria ir com elas (também estava junto Arifa) no dia seguinte, no domingo. Combinamos que eu estaria lá às 9 e às 10 da manhã iríamos. Eu não tinha certeza até o domingo se iríamos realmente. Eu perguntei se elas tinham pedido aos pais ou às mães, Esia me disse que ia falar com eles. No domingo, às nove lá estava eu na praça. Toquei a campainha da casa de Esia, que desceu rapidamente com sua irmã, depois foi até Ariam. O pai de Esia nos levou até a porta do museu. E deixou-nos lá. Ele não disse muito. Mas eu sabia que no gesto estava de nos levar e deixá-las comigo estava a confirmação de que me tinha sido dada confiança e autorização para o passeio [...]” (Trecho do diário de campo, 1 Maio de 2016).

O mesmo parece ter sido percebido por algumas mães das crianças como aconteceu muitas vezes com Rarife que solicitava a minha interlocução em afazeres mais institucionais como acompanhá-la a uma consulta médica, ajudar nos trabalhos que as crianças traziam da

escola, ou que juntamente com as suas crianças aproveitava a minha presença para prolongar o mais possível a companhia, o dia e a exploração de lugares públicos:

“No dia 4 de junho, um sábado de sol, foi a vez de Rarife me chamar para irmos ao parque da cidade. Não houve uma organização prévia. Ela me tinha ligado no sábado de manhã e disse-me “hoje vens almoçar aqui, vamos sair depois do almoço”. Eu não queria perder nenhuma oportunidade para seguir meus interlocutores e suas famílias, isso entretanto exigia de mim grande disponibilidade. Lá fui eu sábado, por volta das onze horas para loja de Rarife. Almoçamos na loja [...] e somente por volta das 16 horas é que eu, Larim e Nasmin fomos para o Parque da Cidade de auto carro. Fizemos piquenique, eu não tinha levado nada, já que nem sabia o que íamos fazer. Rarife preparou tudo: ovos cozidos, sumo, bolachas e água [...] já eram por volta das 19 horas mas ainda tinha luz solar, Rarife chamou para ir ver o mar. Caminhamos em direção ao mar, colocamos os pés na água [...] anoitecia e eu comecei por preocupar se o marido de Rarife não ficaria chateado, perguntei-a se não era melhor voltarmos. Ela não parecia preocupada. Ficamos ainda até às 20 horas, quando a noite já tinha caído.” (Trecho do diário de campo, junho de 2016)

Qeiros e Melo (2007) no seu estudo Ator-Rede, que envolvia o acompanhamento de crianças brincando na rua, também não obteve a assinatura dos genitores nos consentimentos informados. Nas suas descrições, no entanto, houve uma preocupação em descrever os atores de forma a que, qualquer situação exposta, fosse uma oportunidade para subjetivá-los positivamente, jamais os desqualificando ou assujeitando (ibid). Deste modo, como afirma Fonseca (2013), não importa se o pesquisador está a lidar com grupos subalternos ou não, o trabalho etnográfico com sua vocação de explorar nuances que passam invisíveis trouxe novos desafios éticos para os debates científicos; desafios que o modelo biomédico de consentimento informado - paradigma migrado de outro campo científica para as ciências sociais - não resolve.

Estas narrativas ganham outra consistência quando se entra em linha de conta com a perspectiva teórico-metodológica da noção de campo que se tem vindo a referir, e que importa esclarecer: não estamos referir um local onde encontramos o nosso “público alvo” e coletamos dados como acontece na visão da sociologia clássica. O campo aqui compreendido tem a ver com as materialidades e sociabilidades que se interconectam no tema (SPINK, 2008). Ao invés de falar de campo, Spink (ibid.) prefere defini-lo como *campo-tema*: o campo deixa de ser algo à parte na pesquisa, em que o pesquisador se podia dizer neutro. Enquanto pesquisadores, não nos relacionamos com o campo como se ele nos fosse uma outra realidade a que assistimos da janela. Segundo Latour (2005) este foi um equívoco adotado pelos sociólogos tradicionais: manterem-se longe e distantes do objeto de estudo não garante melhores resultados na pesquisa. Pelo contrário, muitas vezes, o desinteresse do pesquisador incorre numa pesquisa também ela desinteressante. Somos parte do campo-tema desde o momento que decidimos pesquisar alguma coisa (SPINK, 2008). Portanto, onde estivermos com o tema, também está nosso campo.

Dito isto, se a finalidade de um estudo Ator-Rede é alcançar uma lógica de atos que não está pronta, de dizer o que não é dito, o consentimento informado pode ser não só um limitador porque inibe, mas um limitante porque não consegue abarcar todas as negociações que vão sendo tomadas no campo. Porquê então exigir um papel assinado a quem tem na “palavra” diária no campo, na praça, nas casas e nas festas uma expressão dos compromissos assumidos?

Considerações Finais

A pesquisa Ator-Rede com crianças, famílias e comunidade Bangla, um grupo migrante ainda recém-chegado a Portugal, coloca um conjunto de desafios na construção de modos de comunicação interculturais que afetam, inevitavelmente, as relações de investigação e a pesquisa. Esse é o caso das questões ético-metodológicas que se desenrolam em torno do consentimento informado, abordadas neste texto. Neste sentido, não está em causa a importância incontornável do consentimento informado, mas antes os modos como o mesmo é obtido e de como se constrói a sua aceitação e credibilização. Sendo algo que muitos pesquisadores apresentam logo no início da pesquisa, obtê-lo em campo é algo complexo porque o seu foco central vai sendo (re)desenhado e (re)negociado ao longo da pesquisa e isso agrava-se, ainda mais, quando se dá o caso desta ocorrer em contextos não institucionais, públicos e informais e com atores de culturas muito diferentes da do pesquisador. Ou seja, é na interação com os atores e nas relações observadas, vividas e comprovadas que as crianças, as famílias, a comunidade Bangla e pesquisadora podem-se revelar dizendo acerca de si nos seus próprios termos. O mesmo pode-se dizer que numa pesquisa dialogante com os Estudos da Infância e a Teoria Ator-Rede o conhecimento não se fabrica fora das mediações das redes, fora da ação, regendo-se as questões de pesquisa dentro das interações (LAW, 1992).

Os impasses e constrangimentos em realizar uma pesquisa com crianças de uma comunidade Bangla, muçulmana e a partir do/no espaço público urbano, para as compreender nas experimentações, interações e representações de si constitutivas das suas identidades num novo ou diferente contexto sociocultural, mostrou também uma comunidade Bangla que parecia não estar habituada a receber portugueses interessados neles e sua cultura, e, ainda menos, pesquisadores. Por conseguinte, pesquisar crianças, não exclui a presença dos adultos e o lugar que ocupam nas suas vidas, nem negar que elas também interferem na nossa forma de ser adultos e pesquisadores. Assim sendo, sublinha-se a importância dos diferentes *gatekeepers* no decurso da pesquisa, e dos efeitos e clivagens de género, particularmente evidentes por parte das alianças construídas com as meninas e as mulheres Bangla que agiram como interlocutoras e mediadoras privilegiadas no acesso a outras crianças, outras mulheres, homens e restante comunidade, permitindo-me passar da praça para as lojas, os seus lares, as ruas, parques, museu e as redes sociais. Reciprocamente, o pesquisador adulto também tem um papel atuante na pesquisa, e neutralizar este olhar é neutralizar parte da pesquisa – não é, pois, negligenciável o seu interesse particular em levar a bom porto a pesquisa nem de se disponibilizar para assegurar as várias mediações solicitadas com os espaços sociais da cidade e sociedade de acolhimento enquanto constrói o seu campo.

Entendo que as inquietações e questões são descobertas à medida que vamos desvendando o desconhecido, e a ver aquilo que não fomos ensinados a observar, assume-se que nenhum pesquisador nasce pronto, fazendo-se pesquisador pesquisando; e que o mesmo acontece com as “boas” questões e soluções que também não estando prontas, são construídas e podem mudar (QUEIROZ E MELO, 2007), pode então dizer-se que as crianças nesta pesquisa não são postas de modo mais autêntico sem o olhar e a voz dos adultos, uma vez que elas existem em interação com aqueles e negar isso é sair de um adultocentrismo nas pesquisas sobre crianças para incorrer o risco de cair na sua infantilização. A construção dessa autenticidade requer uma vigilância epistemológica para enfrentar o adultocentrismo e etnocentrismo dos próprios pesquisadores quando tememos mostrar o improvisado, as ansiedades e a insegurança que sentimos diante do trabalho com crianças, e da postura paradoxal moderna de tais experiências podem ser tomadas, pejorativamente, como infantis; daí, colocarmos frequentemente as máscaras de adultos e pesquisadores que fazem uma ciência linear e verídica.

As inquietações ao longo da pesquisa bem o confronto com as “traições” ao interpretar a cultura dos outros, os Bangla, permitindo refazer alianças, mas sobretudo aprender a conhecer, compreender e respeitar valores daquela cultura mostram como a pesquisa com crianças está em processo de construção, a fabricar-se, num campo incerto e imprevisível. É isto que faz da pesquisa uma experimentação coletiva, compartilhada por humanos, sejam crianças, homens, mulheres nas suas interações e com o não humano que também está misturado nas maneiras de ser e estar no cotidiano (PEDRO, 2008). E é isto que, numa pesquisa ator-rede,

se faz necessário considerar: a transformação que ocorre na prática empírica e na relação estabelecida no campo. O essencial, no fim, não é se as nossas questões são interessantes para pesquisados ou pesquisadores, mas como ambos serão transformados, primeiramente, na interação mútua. E se somos nós, os pesquisadores, os primeiros a terem acesso à fabricação do fato científico entre pesquisadores e pesquisados, a transformarmos-nos; se não somos nós os primeiros a aprender nestas trocas interculturais com as crianças, como podemos esperar que esta seja interessante e traga algum aprendizado e contributo para a ciência?

Agradecimentos:

Agradecemos os comentários e sugestões das/os avaliadoras/es que foram muito importantes para melhorar a qualidade do artigo

Bibliografia

ALANEN, Leena. Generation order. In: **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 159,174.

_____. Theorizing childhood. **Childhood**, Jyväskylä, v. 21, n. 1, p. 3–6, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0907568213513361>. Acesso em: 9 nov. 2019.

_____. Intersectionality and other challenges to theorizing childhood. **Childhood**, Jyväskylä, v. 23, n. 2, p. 157–161, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0907568216631055>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ALMEIDA, Claudiane de Souza. **A Integração De Crianças Migrantes Brasileiras Nas Escolas Do 1º E 2º Ciclo Em Portugal**. 2019. Universidade do Minho, Minho, 2019. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60689>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ALVES, Maria Zenaide. **Como nos damos com eles: estratégias de sociabilidade de crianças brasileiras no contexto escolar: um estudo de caso**. 2007. Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23393>. Acesso em: 6 fev. 2014.

_____. Infância e imigração no contexto escolar português. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina Pahim (Eds.). **Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. p. 63–80.

ANGELI, Laura. **La casa e il mondo. Esperienze transnazionali di famiglie bengalesi a Mestre**. 2013. Università Ca' Foscari Venezia, Venezia, 2013. Disponível em: <http://dspace.unive.it/handle/10579/4370>. Acesso em: 14 dez. 2019.

ARENDRT, Ronald João Jacques. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria do ator-rede. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7–11, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000400003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2014.

ASDAL, Kristin; BRENNAN, Brita; MOSER, Ingunn. **Technoscience: The Politics of Interventions**. Norway: Unipub, 2007.

BAIOCCHI, Gianpaolo; GRAIZBORD, Diana; RODRÍGUEZ-MUÑIZ, Michael. Actor-Network Theory and the ethnographic imagination: An exercise in translation. **Qualitative Sociology**, New York, v. 36, p. 323–341, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11133-013-9261-9>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe. Desafios à Antropologia: diálogos interculturais entre os “outros” de

ontem, os protagonistas de hoje e os antropólogos “situados”. In: SARTI, Cyntia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Eds.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA publicações, 2014. p. 9–30.

BLOCK, Liesbeth De; BUCKINGHAM, David. **children immigrant global media**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BOSCO, Fernando J. Actor-network theory, networks, and relational approaches in human geography. In: AITKEN, Stuart; VALENTINE, Gill (Eds.). **Approaches to human geography**. London: Sage Publications, 2006. p. 136–146.

CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. **The Sociological Review**, London, v. 32, p. 196–233, 1984. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em: 19 set. 2017.

CAMILLIS, Patricia De; ANTONELLO, Claudia Simone. Da Translação para o Enactar: a possibilidade que a Teoria Ator-rede apresenta para pensar em termos de processos nas pesquisas em Administração. **Cadernos EBAP.BR**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, p. 61–82, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n1/1679-3951-cebape-14-01-00061.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Pesquisas “em” versus pesquisas “com” seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres et al. (Eds.). **Antropologia Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33–44.

_____. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraia; SCHUCH, Patrice (Eds.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres, 2010. p. 183–192.

CERDEIRA, Maria C. et al. **Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descententes de imigrantes dos novos setores de serviços**. Lisboa: Observatório da Imigração, 2013. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+52.pdf/5cbc3fb2-14a0-49ad-8609-c129cc36923d>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CERES, Victória. O ético e o legal nos processos de apropriação profissional da experiência social. In: SARTI, Cyntia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Eds.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA publicações, 2014. p. 106–130.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2005.

CORDAZZO, Sheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís; ALMEIDA, Ana Maria Tomás. Brincadeiras de crianças brasileiras e portuguesas no contexto escolar. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 60–67, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/20051/22161>. Acesso em: 18 out. 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, Nilo Peçanha, n. 13, p. 151–161, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/3476>

FERREIRA, Manuela. Criança tem voz própria. Entrevista conduzida por Costa, Ricardo José. **Página da Educação**. Porto, 2002.

FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios 1. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 103–123, 2014. Disponível

em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193530606007>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FERREIRA, Pedro Peixoto. Por uma definição dos processos tecnicamente mediados de associação. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 58–75, 2010. Disponível em: <https://blog.pimentalab.net/files/Pedro-Teixeira-Processos-Tecnicamente-Mediados-Associação.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. In: **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Rio Grande do Sul. v. 53p. 1689–1699.

FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 11, n. 26, p. 46–65, 2006. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Seguindo+Bruno+Latour+:+notas+para+uma+antropologia+simétrica#0>. Acesso em: 12 fev. 2014.

HARAWAY, Donna J. **Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature**. New York: Routledge, 2013.

HARGER, Brent; QUINTELA, Melissa. The IRB as gatekeeper: Effects on research with children and youth. In: CASTRO, I. E.; SWAUGER, M.; HARGER, B. (Eds.). **Sociological Studies of Children and Youth**. United Kigdon. v. 22p. 11–33.

HORTAS, Maria João. **Educação e Imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2013. v. 50

“IOM International Organization for Migration”. **World Migration Report 2020**. Geneva. Disponível em: www.iom.int.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: Como seguir cientista e engenheiros sociedade afora**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. New York: Oxford University Press, 2005.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Systems Practice**, Lancaster, n. 5, p. 379–393, 1992. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Heterogeneities. **Centre for Science Studies**, Lancaster, n. 12, 1997. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel. Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica. **Centro de Investigação e Estudos de Sociologia**, Lisboa, Portugal, n. 13, p. 23, 2006.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel; LEAL, Sofia. Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos. **Análise Social**, Lisboa, v. XL, n. 176, p. 695–714, 2005. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0003-25732005000400013. Acesso em: 6 out. 2014.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sergio Souza. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomé-

dico na pesquisa social Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 645–666, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 nov. 2019.

MAPRIL, José. **Islão e transnacionalismo : uma etnografia entre Portugal e o Bangladeche**. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

_____. « Bangla masjid »: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXIX, n. 173, p. 851–873, 2005.

_____. Os “ novos ” sul-asiáticos . A economia política das migrações entre o Bangladesh e Portugal. **Revista Oriente**, Lisboa, n. 17, p. 81–99, 2007.

_____. **A “ Modernidade ” do Sacrifício Qurban , lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa**. 2008. Lisboa, 2008.

_____. O lugar do sacrifício : qurbani e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIV, n. 1, p. 71–103, 2009. a.

_____. Geografias da virtude: “bons” muçulmanos e as políticas da oração entre bangladeshis em Lisboa. **Religião & Sociedade**, Lisboa, v. 29, n. 2, p. 134–151, 2009. b.

_____. “Aqui ninguém reza por ele!”: trânsitos fúnebres entre o Bangladesh e Portugal. **Horizontes Antropológicos**, Lisboa, v. 15, n. 31, p. 219–239, 2009. c. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. Banglapara : imigração , negócios e (in) formalidades em Lisboa. **Etnográfica**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 243–263, 2010.

_____. The patron and the madman: migration, success and the (in)visibility of failure among Bangladeshis in Portugal. **Social Anthropology**, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 288–296, 2011. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1469-8676.2011.00160.x>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. The Dreams of Middle Class: Consumption, Life-course and Migration Between Bangladesh and Portugal. **Modern Asian Studies**, Lisboa, v. 48, n. 03, p. 693–719, 2013. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0026749X1200025X. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. A Shahid Minar in Lisbon: long distance nationalism, politics of memory and community among Luso-bangladeshis. Lisboa, v. 8, n. June, p. 4–7, 2014. a.

_____. The Dreams of Middle Class: Consumption, Life-course and Migration Between Bangladesh and Portugal. **Modern Asian Studies**, Lisboa, v. 48, n. 03, p. 693–719, 2014. b. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0026749X1200025X

MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; CASTRO, Joana Morais. **Impacto das políticas de reagrupamento famílias em Portugal**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACM, IP), 2014.

MORAES, Marcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **Revista Ator-Rede**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 321–333, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2015.

PEDRO, Rosa. Redes e controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: VII ESOCITE - JORNADAS LATINO- AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro.

PIRES, Sónia Brigitte da Rocha. **A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar**. 2009. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Lisboa, 2009.

PROUT, Alan. **The Future of Childhood**. London: Routledge Falmer, 2005.

QUEIROZ E MELO, Maria de Fátima Aranha. **Voando com a pipa: esboço para uma psicologia social do brinquedo à luz das idéias de Bruno Latour**. 2007. UERJ, Rio de Janeiro/São Joao del Rei, 2007.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades de crianças e infância. **Linhas Críticas**, Brasília, Brasil, v. 20, n. 41, p. 23–42, 2014. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/9308>. Acesso em: 15 jan. 2015.

RIBEIRO, José da Silva. Ética, investigação e trabalho de campo em Antropologia e na produção audiovisual. **Doc On-Line**, [s. l.], n. 7, p. 29–51, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4007093>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel; CERISARA, Ana Beatriz (Eds.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa editores, 2004. p. 9–34.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERREIRA, Manuela. “Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz”. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 60–91, 2008. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20836>. Acesso em: 20 out. 2014.

SARTI, Cyntia; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Introdução. In: SARTI, Cyntia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Eds.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA publicações, 2014.

SEABRA, Teresa; SANDRA, Mateus; RODRIGUES, Elisabete; MAGDA, Nico. **Trajetos e projetos de jovens descendentes de Imigrantes à saída da escolaridade básica**. Alto Comis ed. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, 2011. v. 47

SEABRA, Teresa. A relação das famílias imigradas com a escolaridade: comparando as famílias de origem cabo-verdiana e as de origem indiana. **Interacções**, Santarém, n. 2, p. 141–154, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/208>. Acesso em: 18 nov. 2014.

“SEF/GEPEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras /Gabinete de EstudosPlaneamento e Formação”. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017**. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2017. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx> Acesso em: 18 de fev. 2019.

_____. **Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2016**. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2017. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

_____. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018**. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2019. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf> Acesso em: 23 de

ago. 2019.

SOTO, Iskra Pavez. Sociología de la Infancia: las niñas y los niños como actores sociales. **Revista de Sociologia**, Barcelona, Espanha, v. 27, p. 81–102, 2012.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p. 70–77, 2008.

SPYROU, Spyros. **Disclosing Childhoods**. Nicosia: Palgrave Macmillan, 2018.

STRYKER, R.; YNGVESSON, B. Fixity and fluidity - circulations, children, and childhood. **Childhood**, Rio de Janeiro, USA, v. 20, n. 3, p. 297–306, 2013. Disponível em: <http://chd.sagepub.com/content/early/2013/06/12/0907568213488147.abstract>. Acesso em: 25 ago. 2015.

TSALLIS, Alexandra Cleopatre. **Entre terapeutas e palhaços: a recalcitrância em ação**. 2005. Universidade do Estado de Rio de Janeiro- UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

VÍCTORA, Ceres. Ética de pesquisa em equipe multidisciplinar. In: VÍCTORA, Ceres et al. (Eds.). **Antropologia Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 207.

ZEITLYN, Benjamin. **Transnational Childhoods: British Bangladeshis, Identities and Social Change**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

ZEITLYN, Benjamin; JANEJA, Manpreet K.; MAPRIL, José. Introduction. Imagining Bangladesh: Contested narratives. **South Asia Multidisciplinary Academic Journal [Online]**, London/Lisbon, v. 9, p. 14, 2014.

Recebido em 17 de dezembro de 2019.

Aceito em 15 de dezembro de 2020.